

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, gostaria, em nome da Delegação Empregadora Portuguesa, de o felicitar pela eleição para tão elevado cargo e de lhe desejar o maior sucesso no desempenho das suas funções.

A agenda da Sessão deste ano da Conferência Internacional do Trabalho abrange algumas matérias de grande relevo, como sejam o Desenvolvimento dos Recursos Humanos e da Formação, Uma Abordagem Equilibrada aos Trabalhadores Migrantes na Economia Mundial, e o Relatório Global da Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

No entanto, dados os poucos minutos de que disponho para a minha intervenção, abordarei apenas dois pontos: a Responsabilidade Social das Empresas, designadamente na vertente da sua ligação à problemática da deslocalização, e o aspecto, que consideramos de grande importância, relativo ao tripartismo e ao diálogo social nos Países Africanos de língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A problemática da responsabilidade Social das Empresas (RSE) é uma matéria de grande actualidade e relevância, quer ao nível Mundial quer ai nível da EU.

No decurso de tais reuniões, ficou patente que desde há muito tempo as empresas, em número crescente, vêm desenvolvendo de forma voluntária e empenhada, práticas socialmente responsáveis, com vista a desenvolver relações mais equilibradas com os seus accionistas, os trabalhadores e o ambiente.

Face à multiplicidade de actividades económicas que se desenvolvem ao nível nacional e ao nível Mundial, e às empresas muito diferentes que as prosseguem, pás práticas RSE têm naturalmente reflectido esta grande diversidade, e

adaptam-se às condições particulares de cada caso, de forma dinâmica, pois a realidade está em constante mutação, perante novas situações e desafios.

Ou seja, não há uma única abordagem ou modelo estático de prática RSE, que sirva a todas as empresas, pois cada política RSE reflecte a filosofia de uma empresa em concreto, ligada a uma evolução e a um conjunto de procedimentos assimilados com o tempo.

Embora as políticas RSE mais visíveis sejam desenvolvidas por grandes empresas, tem-se registado que, por efeito de arrastamento, as muitas outras empresas que com aquelas mantêm relações adoptam também comportamentos de clara responsabilidade social.

O crescente movimento de deslocação mundial de empresas, veio trazer um aspecto novo à RSE, na medida em que este conceito está ainda confinado a balizas geográficas relativamente estreitas (basicamente, a UE, a América do Norte e o Japão).

A deslocação de grandes empresas, e as relações estreitas que começaram a estabelecer com muitas empresas de países em desenvolvimento, implicaram que estas empresas assumissem também, ou espontaneamente ou em resposta a algumas pressões, preocupações relativas a diversas temáticas, designadamente:

- As relações com os trabalhadores;
- A qualidade do trabalho;
- O ambiente;
- O respeito pelos direitos humanos.

A deslocação, como é evidente tem aspectos positivos e negativos.

Esperamos que, em matéria de RSE, os efeitos sejam positivos.

O outro aspecto que atrás referi, e vou agora abordar, diz respeito ao tripartismo e ao diálogo social nos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Reconhecendo as vantagens que resultam do dialogo social para o desenvolvimento económico e social – sobretudo em países que atravessaram longos conflitos armados, como é o caso de Angola e de Moçambique - , a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) tem vindo, desde há muito, a diligenciar junto à OIT quanto à realização de seminários, ou outras formas de apoio, que possam incrementar o diálogo social e a concertação nos PALOP.

Assim, foi com grande empenho e satisfação que a CIP participou nos trabalhos da Primeira Reunião das Organizações de Empregadores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, realizada em Cabo Verde, em 30 e 31 de Março de 2004, organizada pela OIT, e que envolveu os representantes das Organizações de Empregadores do País anfitrião – Cabo Verde -, da Guiné-Bissau, e de São Tomé e Príncipe.

Esta reunião permitiu concluir, em síntese, que:

- O papel das Organizações de Empregadores e de Trabalhadores dos PALOP no diálogo e na concertação não tem sido muito relevante por diversas razões, entre as quais avultam a falta de apoios técnicos e financeiros;
- A história, o povoamento e a língua que todos os PALOP partilham, constituem factores facilitadores de uma cooperação abrangente, designadamente ao nível empresarial;
- É necessário dinamizar os contactos entre os territórios dos PALOP, através de sistemas de transporte e comunicação modernos, fiáveis e de custo acessível;
- É essencial incrementar a livre circulação de pessoas, bens e capitais no espaço dos PALOP.

No futuro, vai-se pedir muito às organizações em empregadores dos PALOP, não só em matéria de diálogo social, mas também no âmbito da criação das condições necessárias para a actividade competitiva das empresas destes países.

A OIT, através de serviços competentes, tem aqui um papel relevante a desempenhar, em matéria de apoios técnicos, de qualificação de recursos humanos, e de seminários ou outros meios de contacto com potências, através de acções bem direccionadas, a competitividade das empresas, e consequentemente, a criação de mais riqueza, mais postos de trabalho, e melhores padrões de saúde.

Aproveitamos a ocasião para agradecer à OIT – isto é, ao ACT/EMP – a organização desta primeira reunião, que foi muito importante para os PALOP, e que, esperamos, será seguida a curto prazo por outras reuniões semelhantes.